



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Desenvolvimento Rural e o Índice de Condições de Vida
nos municípios de Araponga e Tombos, MG: a percepção
dos agricultores familiares

Rural Development and Living Conditions Index and the
municipalities of Araponga and Tombos, MG: the percep-
tion of family farmers

Brasilina Elisete Reis de Oliveira¹
Francis Lee Ribeiro²

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as condições de vida dos agricultores familiares, realizada nos municípios de Tombos e Araponga, localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, com base na aplicação do Índice de Condições de Vida (ICV). Tal indicador permite captar a percepção dos indivíduos acerca de suas reais condições de vida. Os resultados gerais indicam que os agricultores familiares consideram boas as suas condições de vida, porém, apontam uma demanda por políticas públicas específicas para a realidade local. Assinalam também a necessidade de (re)organização das representações sociais, consideradas por eles como importante aliadas para o

¹Doutora em Ciências Ambientais (UFG); Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade de Brasília (UNB); professora da área de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba. E-mail: elisete.reis@ifsudestemg.edu.br.

²Doutora em Economia Aplicada (UFV); Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Goiás. E-mail: francisleerib@gmail.com.

fortalecimento da agricultura familiar, bem como para o processo do desenvolvimento rural, mas que apresentam fraco desempenho.

Palavras-chave: *Desenvolvimento rural, Agricultura familiar, Percepção e Índice de Condições de Vida (ICV).*

Abstract

The paper presents the results of a research about the perceptions of family farmers regarding their living conditions in two towns of Minas Gerais, Tombos and Araponga. It was used the Índice de Condições de Vida (ICV). The results indicate that farmers have a good evaluating of their life conditions, despite claim specific public policies to the development of these areas. It was also perceived the need of reorganization of social representations, considered by them as important allies for the strengthening of family agriculture, as well as for the rural development process, but which present poor performance.

Keywords: *Rural development, Family agriculture, Perception and Índice de Condições de Vida (ICV).*

1. Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os resultados obtidos pela pesquisa realizada entre os meses de agosto e setembro de 2013 nos municípios mineiros de Tombos e Araponga, por meio da aplicação do Índice de Condições de Vida (ICV), objetivando identificar a percepção dos agricultores familiares sob suas condições de vida, a realidade local e seus avanços. Este indicador foi criado por uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para ser aplicado nos territórios criados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O ICV, segundo Waquil et al. (2007a), vem preencher uma lacuna nas pesquisas acerca de desenvolvimento que até então era captado por incrementos na divisão das riquezas geradas, ou seja, o desenvolvimento era medido apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, deixando

de considerar as dimensões sociais, ambientais, político-institucionais e culturais.

Utilizando-se deste indicador sintético, a pesquisa objetivou identificar a percepção dos agricultores rurais em relação às suas condições de vida nos municípios mineiros de Tombos e Araponga, entre os anos de 2000 e 2010. Para tanto, foram aplicados 191 questionários para serem respondidos pelos agricultores familiares dos referidos municípios, sendo 138 em Araponga e 53 em Tombos.

Este artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das conclusões. A primeira conceitua desenvolvimento rural ao longo das últimas décadas; a segunda, apresenta o marco metodológico aplicado na pesquisa; a terceira e última seção caracteriza os municípios estudados e mostra os resultados da pesquisa.

2. Desenvolvimento e desenvolvimento rural

A abordagem sobre desenvolvimento defendida por Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, é de um processo “amigável”, contrapondo-se a outras visões que o considera como um processo “feroz”, com muito “sangue, suor e lágrimas”. Em um mundo em que sabedoria requer dureza (SEN, 2000, p. 51-52). Para o autor, Prêmio Nobel de Economia em 1998, o desenvolvimento acontece quando se eliminam as barreiras que privam os indivíduos de fazer escolhas e de serem agentes do próprio destino. Em outras palavras, o cerne do conceito de desenvolvimento não é a quantidade de bens materiais ou dinheiro que se possa ter, mas se o que se possui está oportunizando levar uma vida como se deseja.

Sen (2000) enfoca que, não desconsiderando a importância do crescimento econômico para uma nação e seus indivíduos, é preciso

enxergar muito além dele. A expansão da liberdade humana é, ao mesmo tempo, segundo o autor, o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, respectivamente denominados papel constitutivo e papel instrumental da liberdade (IBIDEM, 2000, p. 52).

O papel constitutivo corresponde à capacidade que os indivíduos possuem de evitar tanto as privações de suas necessidades básicas - alimento, moradia, saúde etc. - como das necessidades mais elevadas - educação, lazer, participação política, liberdade de expressão etc.

O papel instrumental da liberdade relaciona-se à maneira como os variados direitos, oportunidades e intitamentos³ são utilizados para a efetivação da liberdade humana e, em consequência, para a promoção do desenvolvimento (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora).

Veiga (2008) também afirma que para acontecer desenvolvimento, muito mais que o crescimento das economias, é preciso que se efetive a expansão das liberdades e a eliminação das principais privações humanas, sendo estas um compromisso social. Neste contexto, a liberdade passa a ser a maior porta para o desenvolvimento, que deve ser planejado em processos participativos, em que os atores sociais não sejam meros coadjuvantes, e sim os protagonistas de suas próprias histórias. Ou seja, quem deve decidir quanto às políticas públicas e às estratégias de desenvolvimento de uma localidade são os indivíduos que a compõem, sob pena daquelas não serem eficazes.

³ Intitamentos, para Sen (2000), estão representados pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos pelo indivíduo nos diversos canais legais de aquisições disponíveis.

3. O que é desenvolvimento rural?

De acordo com o MDA, o desenvolvimento rural deve ser entendido como um processo de criação das capacidades humanas, políticas, sociais, culturais, e outras, que possibilitem à população rural agir e transformar sua realidade por meio de mudanças em suas relações com o Poder Público, o mercado e a sociedade civil em geral (BRASIL/MDA, 2013). Os elementos centrais, portanto imprescindíveis ao desenvolvimento rural, foram estabelecidos pela I CNDRSS (1ª Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário):

(...) Redução das desigualdades sociais e regionais, a soberania nacional, a ampliação da participação social, a universalização dos direitos fundamentais, a distribuição da renda, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a reforma agrária, a conservação da biodiversidade e convivência com biomas, a promoção da igualdade de gênero, de geração, raça e etnia, o respeito às pessoas com deficiência, o reconhecimento das diferentes formas de orientação sexual e religiosa, a visão ampliada e crítica sobre o rural, o caráter intersetorial do desenvolvimento, a abordagem territorial e o reconhecimento e garantia dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais (BRASIL/MDA, Documento Final, 2008, p.5).

Schneider (2010) acredita que os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil precisam definir a sua própria agenda temática, sobretudo restringir sua amplitude e generalidade. Caso os debates sejam focados no processo de mudança social que vem ocorrendo no meio rural, o autor indica algumas propostas para futuras pesquisas no país, dentre elas, analisar de forma mais aprofundada o papel dos agricultores e dos demais atores do meio rural nos referidos processos de mudança social, e como os agricultores e suas famílias reagem às

mudanças tecnológicas e às novas relações com o mercado e com os demais atores da sociedade.

O processo de desenvolvimento rural no Brasil demanda mudanças significativas de ordem econômica, social, cultural, ambiental e institucional. Porém, segundo Navarro (2001), existe um conjunto de limites que dificultaria qualquer iniciativa no sentido do desenvolvimento rural, mesmo antes das ações serem implementadas.

O primeiro destes limites, segundo o autor, diz respeito à “heterogeneidade” dos espaços rurais brasileiros, bem como de suas atividades produtivas. Algumas regiões alcançaram considerável êxito econômico e grandes avanços tecnológicos, enquanto outras permaneceram estagnadas, sob todos os aspectos (econômicos, sociais e ambientais).

Outro limite para a efetiva implantação de ações em prol do desenvolvimento rural seria o “limite estrutural de aumento da atividade produtiva no campo” (NAVARRO, 2001), cuja premissa estaria na falta de condições de aumentar a produtividade devido ao equilíbrio entre oferta e procura no mercado agrícola no Brasil. Isto significa que qualquer política com objetivo de aumentar a produção deve estar associada a um aumento nas exportações, e/ou na efetiva melhoria na renda da população que, por conseguinte, vai aumentar o seu poder de compra.

Conterato et al. (2007) defendem a ideia de que o desenvolvimento rural precisa ser compreendido como um movimento em busca de um novo modelo para o meio rural. Tal modelo deve perpassar a visão do rural somente como agrícola e almejar outros objetivos, tais como, maior valorização da economia de escopo em detrimento da economia de escala e maior interação entre ecossistemas

locais e regionais, ou seja, a diversificação das atividades e maior preservação ambiental.

Nesse sentido, Schneider (2004, p. 95) apontou seis mudanças gerais ocorridas após a superação do modelo agrícola proposto pela chamada “Revolução Verde”, que embasam a nova abordagem do desenvolvimento rural. São elas:

1. A crescente e dinâmica inter-relação da agricultura com a sociedade, mostrando à última que o rural pode proporcionar muito mais que alimentos e matérias-primas para as indústrias:

2. A urgente demanda por um novo modelo de produção agrícola que reconheça e permita as relações e interdependências entre atividades agrícolas e não agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, possibilitando a boa relação das atividades diversificadas.

3. A efetividade de um desenvolvimento rural que seja capaz de reorganizar e estreitar as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, redefinindo o papel dos centros urbanos e das atividades multiocupacionais, com forte incentivo à pluriatividade.

4. Um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os diversos atores locais.

5. Um desenvolvimento rural que estabeleça novas políticas públicas e redefina o papel das instituições.

6. Um desenvolvimento considerando as diversidades ambientais, com vistas a garantir o uso e manejo adequado dos recursos naturais disponíveis.

O ponto central do desenvolvimento rural passa a ser o produtor, que ganha mais autonomia para decidir seu modo de viver e trabalhar, conquistando seu espaço dentro do contexto de uma sociedade capitalista. Neste sentido, Veiga et al. (2001) afirmam que os

componentes essenciais do processo de desenvolvimento rural são a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação econômica nos territórios, o incentivo e incremento do empreendedorismo local, com o apoio do Estado na formação de arranjos institucionais.

Explicar “desenvolvimento rural” de forma satisfatória exige estudo multidisciplinar envolvendo, dentre outras, as disciplinas de economia, sociologia e geografia rural sob três enfoques:

- 1) o desenvolvimento exógeno, em que o desenvolvimento rural acontece por influência de forças externas, oriundas de determinadas regiões; 2) o desenvolvimento endógeno, que por sua vez, defende o desenvolvimento rural acontecendo por causa de fatores internos, com a utilização dos recursos e dos atores locais; 3) o desenvolvimento rural acontece devido à combinação dos dois fatores citados anteriormente, onde, os atores locais estão interligados simultaneamente em um complexo de redes, podendo sofrer variações significativas entre as regiões e respeitando as especificidades de cada uma (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

Para Schneider (2004, p. 94), quatro elementos-chave devem ser preconizados ao analisar e definir desenvolvimento rural: “a erradicação da pobreza rural, a importância do papel dos atores sociais e suas participações nas questões políticas, o território como referência e a preocupação centrada nas questões ambientais”. Em outras palavras, a ideia de desenvolvimento rural precisa ser compreendida a partir de dois procedimentos essenciais: entender desenvolvimento como uma evolução de seus aspectos sociais e suas inter-relações com o meio ambiente, instituições e estruturas sociais ao longo dos tempos, e definir o que seja espaço rural, como é formado e quais as peculiaridades inerentes a ele (FAVARETO, 2006).

Assim, percebe-se que o cerne dos debates sobre desenvolvimento rural está na nova visão deste espaço e no novo sentido que ele vem tomando: espaço este repleto de diversidade, de atores ativos e vontades próprias, que buscam autonomia, garantia de seus direitos e opiniões, igualdade social, racial e de gênero, uma melhor forma para se viver de acordo com suas especificidades e limitações, enfim, que as políticas públicas devem se voltar para proporcionar aos indivíduos a “expansão das suas liberdades”, conforme proposto por Sen (2000).

4. Índice de Condições Vida (ICV): uma proposta metodológica

O ICV busca identificar como as famílias rurais percebem os Fatores de Desenvolvimento, ou seja, os recursos disponíveis, os elementos de conversão dos meios em fins e os Efeitos do Desenvolvimento rural nas dimensões: econômica, social, ambiental, político-institucional e cultural (WAQUIL, 2007).

Para Kageyama (2008), em virtude da complexidade e multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, várias estratégias podem ser adotadas para descrever ou avaliar o seu grau em um momento específico, utilizando-se de técnicas estatísticas tradicionais.

A autora, baseada na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (2000), afirma que a proposta do ICV, além de levar em conta a complexidade e as múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento rural, busca identificar a percepção dos indivíduos sobre suas condições de vida.

Este índice, que também é uma análise comparativa, é levantado por meio de aplicação de questionários nos domicílios rurais, buscando captar as características multidimensionais do desenvolvimento,

levando em conta as dimensões econômica, sociocultural e ambiental (RAMBO et al., 2012).

Para o cálculo do ICV foram empregados dados primários, coletados por meio de aplicação de questionários a 138 agricultores familiares no município de Araponga e 53 no município de Tombos, escolhidos aleatoriamente, considerando um número representativo da população total. Os questionários, segundo Kageyama (2008), baseiam-se em três instâncias extraídas da concepção de desenvolvimento como expansão das liberdades humanas proposta por Sen (2000): fatores que favorecem o desenvolvimento, Características do Desenvolvimento e Efeitos do Desenvolvimento.

A primeira instância procura identificar, na visão das famílias rurais, os fatores que favorecem o desenvolvimento, ou seja, em que bases ele acontece; a segunda instância visa identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento nos municípios (suas características); e a terceira apresenta os Efeitos do Desenvolvimento, isto é, os resultados deste na percepção dos agricultores familiares (KAGEYAMA, 2008).

O Quadro 01 apresenta as três instâncias adaptadas para o ICV e cada um dos elementos que compõem seus indicadores.

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento	1 – Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	2 – Área da unidade de produção familiar
	3 – Escolaridade
	4 – Condições de moradia
	5 – Acesso a mercados
	6 – Acesso a políticas públicas
	7 – Acesso a crédito e assistência técnica
	8 – Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
	9 – Renda familiar

Características do Desenvolvimento	10 – Produtividade do trabalho 11 – Produtividade da terra 12 – Diversificação da produção agrícola 13 – Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar 14 – Uso e preservação dos recursos naturais: água 15 – Uso e preservação dos recursos naturais: solo 16 – Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa
Efeitos do Desenvolvimento	17 – Estar bem-alimentado/nutrido 18 – Ter boa saúde 19 – Permanência dos membros da família da unidade de produção 20 – Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família 21 – Acesso a informação, entretenimento e mobilidade 22 – Participação social (cooperativas e associações) 23 – Participação política (eleições, conselhos, assembleias) 24 – Participação cultural (grupos de expressões cultural, outras atividades)

Quadro 01. Instâncias e indicadores das condições de vida das famílias rurais

Fonte: Rambo et al. (2012, p. 7).

5. Coleta e tratamento de dados

Para a coleta de dados primários foram aplicados 191 questionários estruturados, sendo 53 no município de Tombos e 138 em Araponga, para serem respondidos pelos agricultores familiares. Em seguida, procedeu-se à análise dos dados coletados e foi calculada a média de cada instância por município. As percepções de cada instância receberam valores em uma escala de zero a um, indo da pior (zero) para

a melhor concepção (um), conforme indica o Sistema de Gestão Estratégica do MDA (BRASIL/MDA, 2010) e apresentadas a seguir no Quadro 02.

Escalas	Classificação
0,00 – 0,20	Baixo
0,20 – 0,40	Médio Baixo
0,40 – 0,60	Médio
0,60 – 0,80	Médio Alto
0,80 – 1,00	Alto

Quadro 02. Escalas e classificação para o ICV

Fonte: Adaptado de Ramboet al. (2012).

O ICV, além de permitir comparação entre municípios ou instâncias estudadas, indica o que os próprios indivíduos consideram ser o “necessário” para se viver bem. Rambo et al. (2012) afirma que as pessoas vistas como agentes ou atores é que devem definir quais e como as políticas governamentais devem se efetivar para atender as suas reais demandas.

Os resultados encontrados para adaptação do ICV nos municípios de Tombos e Araponga foram apresentados e comparados por meio de um gráfico denominado biograma. O biograma é uma representação gráfica utilizada para demonstrar o estado de um determinado sistema, sob suas diversas dimensões:

Biograma es la expresión gráfica del “estado de un sistema multidimensional”. Dichaimagenreflejael grado de desarrollo sostenible de launidad de análisisencuestión, eldesequilibrio que puede haber entre las diferentes dimensiones y por ende, losposiblesconflictos existentes. Se puede estimar (diseñar) tanto unBiograma global, integrando las

diversas dimensiones incluídas en el análisis, como Biogramas específicos para cada dimensión. Cada eje del Biograma representa un indicador, ajustado de tal forma que cuanto más amplia sea el área sombreada, mejor es la situación del sistema (SEPÚLVEDA, 2008, p.326).

A imagem gráfica gerada pelo biograma permite visualizar o grau de desenvolvimento de uma unidade e a causa aparente dos desequilíbrios entre as dimensões analisadas. Assim, torna-se possível fazer uma análise comparativa entre diferentes períodos, mostrando a evolução das dimensões avaliadas de um determinado território ou - como neste trabalho - a comparação do nível de desenvolvimento entre dois municípios com características semelhantes.

No desenho do biograma, além da escala de zero a um, deve-se levar em consideração a área assombreada. Quanto maior for esta área, melhores são as condições de vida das pessoas e maior o potencial de desenvolvimento rural do município, ou seja, melhor é a situação do sistema em análise (SEPÚLVEDA, 2008). Para o autor, o resultado apresentado pelo biograma permite a formulação de políticas públicas e o correto direcionamento dos investimentos ou ações e programas específicos para correção dos desequilíbrios e a efetivação do desenvolvimento rural sustentável.

Para complementar a pesquisa, afora a representação gráfica dos resultados pelo biograma, serão transcritos relatos dos agricultores familiares considerados importantes e repletos de identidade local, permitindo, assim, melhor compreensão acerca do que pensam esses sujeitos e o que realmente consideram essencial para a própria vida.

6. Araponga e Tombos: caracterização

Araponga é um município tipicamente rural, com áreas de morro e de pequena extensão territorial. Está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, mais especificamente na microrregião de Viçosa, a 283 km de Belo Horizonte, capital mineira. O município surgiu como povoado em 1781, foi elevado a distrito em 1857 e tornou-se município em 1962 (MARTINS, 2010).

Possui uma área total de 304 km² e situa-se em um dos pontos mais altos da região da Zona da Mata, tendo em seu entorno dois pontos turísticos importantes: o Pico do Boné e o Pico do Soares, ambos localizados dentro do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb).⁴ O município é conhecido pela tradição e qualidade do café, sua atividade principal, que, além de ser comercializado em grãos e pó, permite que as famílias o utilizem como matéria-prima para o artesanato.

O município de Tombos, que também apresenta características típicas da região da Zona da Mata de Minas Gerais, possui um relevo acidentado (70% montanhoso), pequena extensão territorial e tem como complemento da economia local a agropecuária (EISENLOHR, 2008). Este cenário, segundo o autor, influencia a forma de ocupação e o uso do solo, bem como as formas de organização das atividades econômicas, sociais e políticas.

7. O Índice de Condições de Vida (ICV) na visão dos agricultores familiares de Tombos e Araponga

O ICV é um índice que procura identificar como as famílias percebemos *fatores* (os recursos e acessos) que condicionam o

⁴ O Parque Estadual Serra do Brigadeiro (Pesb) foi criado em 1996, com o objetivo de estancar a degradação ambiental das áreas de bosque do município de Araponga, correspondentes a 41,03% da área total do parque (MARTINS, 2010).

desenvolvimento, o que Amartya Sen (2000) denomina de *intitamentos*; as *Características do Desenvolvimento*, ou seja, os elementos que possibilitam a conversão dos meios em fins; e, por último, os *efeitos* ou os resultados do desenvolvimento, que são a combinação dos dois primeiros, denominados funcionamentos e capacitações, em diversas dimensões (SEN, 2000). O Quadro 03 apresenta o ICV estimado para os municípios de Tombos e Araponga.

ICV e suas instâncias	Tombos		Araponga	
Índice de Condições de Vida	0,55	Médio	0,56	Médio
1 – Fatores de Desenvolvimento	0,46	Médio	0,47	Médio
2 – Características do Desenvolvimento	0,64	Médio Alto	0,65	Médio Alto
3 – Efeitos do Desenvolvimento	0,55	Médio	0,54	Médio

Quadro 03. Índice de Condições de Vida – Tombos e Araponga.

Fonte: Estimativa com dados primários.

Os resultados são semelhantes: 0,55 (Tombos) e 0,56 (Araponga), ambos classificados como índice Médio. Os melhores resultados, nos dois municípios, foram na instância “Características do Desenvolvimento”, ou seja, nos elementos de conversão dos meios em fins. Os resultados para Tombos e Araponga podem ser conferidos nas Figuras 01 e 02.

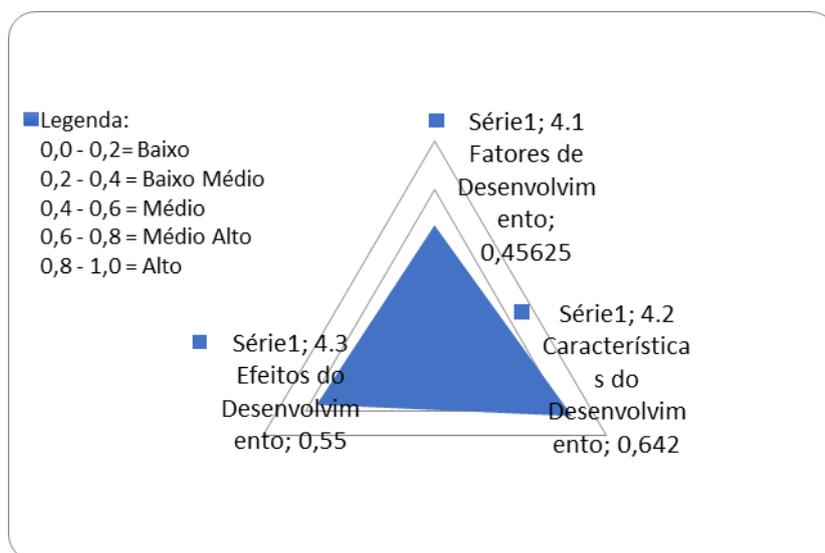


Figura 01. Índice de Condições de Vida – Tombos, MG
 Fonte: Estimativa com dados primários.

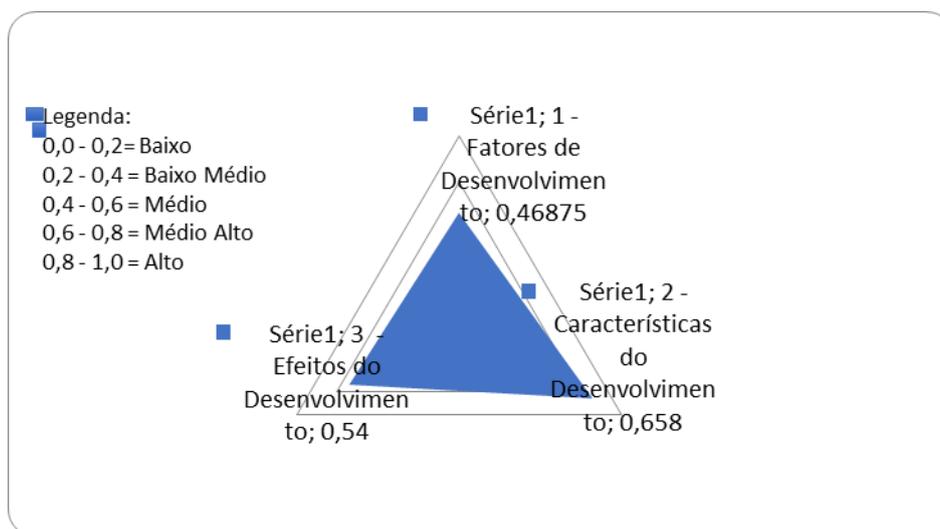


Figura 02. Índice de Condições de Vida - Araponga, MG
 Fonte: Estimativa com dados primários.

Observa-se que o Índice de Condições de Vida nos dois municípios (0,55 em Tombos e 0,556 em Araponga) está na média. Os depoimentos e as respostas diretas ao questionário indicam, na

percepção dos agricultores familiares, boas perspectivas de melhorias em algumas instâncias, principalmente, como comprova os gráficos apresentados ao longo do trabalho, no que diz respeito à alimentação, à saúde e às condições de moradia.

As pessoas que ainda vivem nas zonas rurais o fazem, em sua maioria, por amor à terra e por opção ao seu trabalho. A posse da terra representa para elas autonomia, independência, aumento das suas capacidades, liberdade e qualidade de vida, sendo, portanto, o que as motivam:

Qualidade de vida não se mede por dinheiro; colhe-se o que planta e o que não planta; é só ter amor pela terra e tratar ela com respeito. O governo precisa incentivar o rural pra que as pessoas fiquem na terra. A melhor coisa que acontece na vida do homem da roça é ter sua própria terra; a posse da terra dá liberdade pra nós, isto é qualidade de vida (agricultor 12 – Araponga).

Este depoimento nos remete à teoria de Amartya Sen (2000) que afirma que o desenvolvimento está diretamente ligado à melhoria das condições de vida e ao poder de escolher a vida que se pretende levar. Para melhor compreensão das percepções dos indivíduos acerca de suas condições de vida, é importante observar a dinâmica dos indicadores de cada instância, conforme propôs Rambo et al. (2012).

8. Os fatores que favorecem o desenvolvimento rural

A primeira instância, segundo Kageyama (2008), refere-se aos “fatores que favorecem o desenvolvimento rural”. Neste ponto, detectam-se os principais indicadores que impulsionam ou favorecem o

processo de desenvolvimento. Foram direcionadas oito questões de cunho subjetivo aos agricultores familiares nos dois municípios.

As questões objetivaram a identificação, na visão destes atores locais, das determinantes de desenvolvimento: mão de obra familiar em atividade (dentro e fora da unidade de produção); tamanho da área destinada à produção; grau de escolaridade; condições de moradia; condições de acesso ao mercado; acesso a políticas públicas e programas do governo; acesso à assistência técnica; e presença de instituições que favoreçam o desenvolvimento rural.

A média encontrada nesta instância foi de 0,456 em Tombos e 0,46875 em Araponga (índice Médio Baixo e Médio, respectivamente), conforme apresentados nas Figuras 03 e 04. É interessante observar a dinâmica dos indicadores de cada instância para identificar a sua variação nos dois municípios.

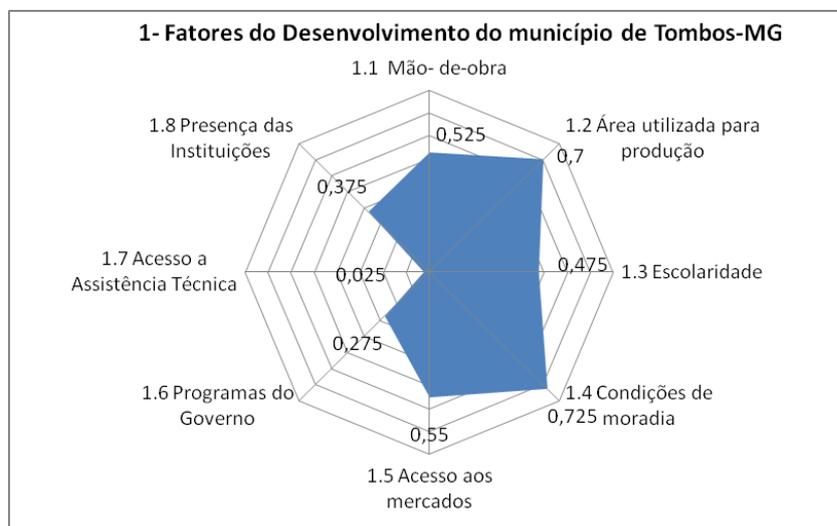


Figura 03. Fatores de Desenvolvimento – Tombos, MG
 Fonte: Estimativa com dados primários.

Tombos apresentou índice classificado em Médio (0,45625), demandando que sejam implementadas estratégias e ações adequadas, que, na opinião dos agricultores, devem incluir: mais participação da comunidade nas decisões sobre os planejamentos e ações para o desenvolvimento rural; maior capacitação, principalmente no que diz respeito à conscientização da importância das atividades de produção (o homem do campo precisa passar a considerar sua propriedade como uma fonte de geração de emprego e renda, ou seja, como uma empresa); assistência técnica apropriada e em quantidade maior; melhorias no processo de comercialização; e garantia de preço justo para os produtos da agricultura familiar.

Em Araponga, o resultado não foi diferente. O índice dos Fatores de Desenvolvimento também ficou classificado em Médio (0,46875), porém, ao observar que tal classificação na escala está entre 0,4 a -0,6, percebe-se um resultado negativo para ambos os municípios, e por pouco não foram classificados em Baixo Médio, que está representado pela escala de 0,2 a -0,4.

Os agricultores familiares pesquisados reconhecem, de acordo com seus relatos, a presença das instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento rural, porém, consideram suas atuações aquém do esperado. Para a instância Fatores de Desenvolvimento, foram encontradas situações análogas quando se trata de condicionantes para promoção do desenvolvimento rural nos dois municípios, conforme registrado nas Figuras 04 e 05.

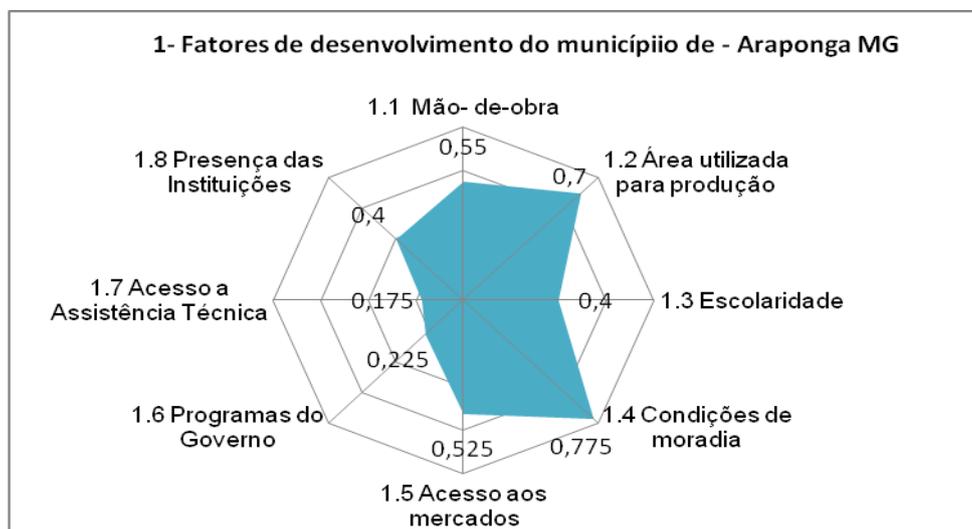


Figura 04. Fatores de Desenvolvimento – Araponga, MG
 Fonte: Estimativa com dados primários.

Somente as instâncias tamanho da área de produção e condições de moradia alcançaram índice superior a 0,6 respectivamente 0,7 e 0,775 em Araponga e 0,7 e 0,725 em Tombos. Os demais indicadores, tais como escolaridade, acesso a programas do governo, assistência técnica e presença de instituições, apresentaram resultados inferiores a 0,3 considerados, portanto, índices baixos. No Quadro 04 podem ser comparados os Fatores de Desenvolvimento dos municípios pesquisados.

INDICADORES	MUNICÍPIOS	
	TOMBOS	ARAPONGA
Mão de obra familiar	0,506	0,55
Área da unidade de produção	0,7	0,7
Escolaridade	0,475	0,4
Condições de moradia	0,725	0,775
Acesso a mercados	0,55	0,525

Acesso a políticas públicas e programas do governo	0,275	0,225
Acesso à assistência técnica	0,025	0,175
Presença das instituições	0,375	0,4

Quadro 04. Indicadores dos Fatores de Desenvolvimento em Tombos e Araponga, MG

Fonte: Estimativa com dados primários.

O indicador “acesso à assistência técnica” teve uma classificação Baixa (0,025 em Tombos e 0,175 em Araponga). Este resultado aponta uma precariedade no apoio aos pequenos agricultores familiares nos dois municípios, principalmente em Tombos, que quase obteve índice zero. Segundo os agricultores familiares dos dois municípios, ter acesso à assistência técnica é de extrema importância para o desenvolvimento rural, desde o planejamento das atividades até a venda do produto final, porém, na realidade, isto não ocorre.

As organizações de apoio e fomento ao desenvolvimento rural, bem como de assistência técnica, estão presentes nos dois municípios, mas os trabalhos são insuficientes para atender a toda demanda com eficácia. Falta quantitativo de pessoas para atuar e os critérios de prioridade, de acordo com alguns relatos, não são democráticos.

As maiores críticas com relação ao atendimento por parte das organizações de apoio e fomento ao homem do campo variam entre aspectos políticos, muito arraigados nos dois municípios, atendimento precário destas instituições, principalmente a de assistência técnica (devido ao número reduzido de profissionais), políticas públicas (que não atendem às reais necessidades dos agricultores familiares e aos projetos definidos sem a sua participação). O índice “escolaridade” ficou na média, tanto em Tombos quanto em Araponga. Nesta instância, 70% das pessoas em Tombos e mais de 80% em Araponga consideram a educação

importante ou muito importante para a melhoria das condições de vida, o que corresponde na escala de 0,6 (Médio) até menos 0,8 (Médio Alto).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar é um grande entrave para o desenvolvimento, isto é, para a melhoria da renda e, conseqüentemente, das condições de vida nas áreas rurais. O índice alcançado nos dois municípios ficou em 0,55 e 0,525 em Tombos e Araponga, respectivamente, cuja maior reclamação refere-se aos preços dos produtos que são estipulados pelo mercado comprador.

A presença do chamado “atravessador” ainda é uma constante e a falta de articulação entre instituições e agricultores limita o fortalecimento e o poder de barganha.

A solução para melhorar a renda dos pequenos produtores seria a associação, mas com esta falta de integração política que temos aqui vamos ficar sempre à mercê dos atravessadores (presidente da APAT e agricultor 3, Tombos).

Em Araponga, a comercialização também é um fator preocupante, porém já se consegue vislumbrar outros mercados, pela qualidade reconhecida do café e a presença de produtores orgânicos. O município é um grande produtor de café, mas a maior parte dessa produção não é “guiada”⁵ nem certificada. Nosso agricultor está clandestino, por isto o PIB do município é baixo e o produto da venda vai para os municípios vizinhos (agricultora 1 – Araponga).

Segundo esta mesma agricultora, apenas 1/3 (um terço) da produção de café do município é registrado e vendido com nota fiscal. Este fato reduz a receita de Araponga, pois não há retenção de ICMS, limitando, assim, seus investimentos públicos.

⁵ “Guiada” aqui significa legalizada, ou seja, vendida com emissão de nota fiscal.

Em ambos os municípios, a venda dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, promovida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ainda é, de acordo com alguns relatos, uma prática exercida por poucos.

O principal entrave para participar deste programa é a falta de conhecimento por parte dos agricultores familiares para se organizar e usufruir deste canal direto de venda. Ações que deveriam ser coletivas continuam sendo executadas de forma isolada, ou seja, individualizada, reduzindo o fortalecimento de todos.

9. Características do Desenvolvimento

Kageyama (2008) utiliza-se da instância Características do Desenvolvimento Rural para determinar quais os elementos de conversão dos meios em fins estão disponíveis nas unidades de produção. Para proceder a essa análise, seis questões foram adaptadas à realidade dos agricultores familiares de Tombos e Araponga com o propósito de identificar: a renda familiar; a produtividade da terra; a diversificação da produção agrícola; o uso e a preservação da água; o uso e a preservação do solo; e o uso e a preservação de mata nativa.

A média encontrada para a referida instância nos dois municípios foi de 0,642 (Tombos) e 0,658 (Araponga), classificadas em Médio Alto. Este resultado indica que os agricultores familiares percebem as Características do Desenvolvimento (ou os elementos de conversão) como melhores que os Fatores de Desenvolvimento (ou intitamentos) disponíveis, conforme mostram as Figuras 05 e 06.

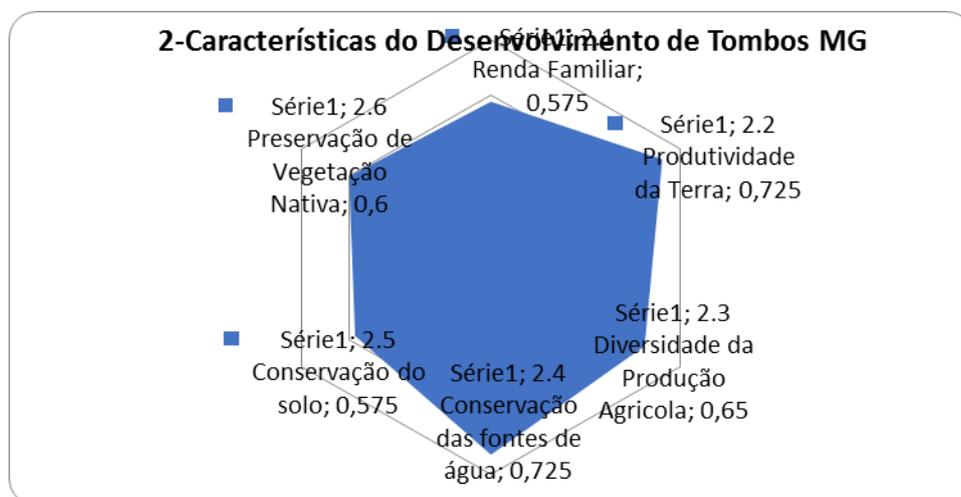


Figura 05. Características do Desenvolvimento – Tombos, MG
Fonte: Estimativa com dados primários.

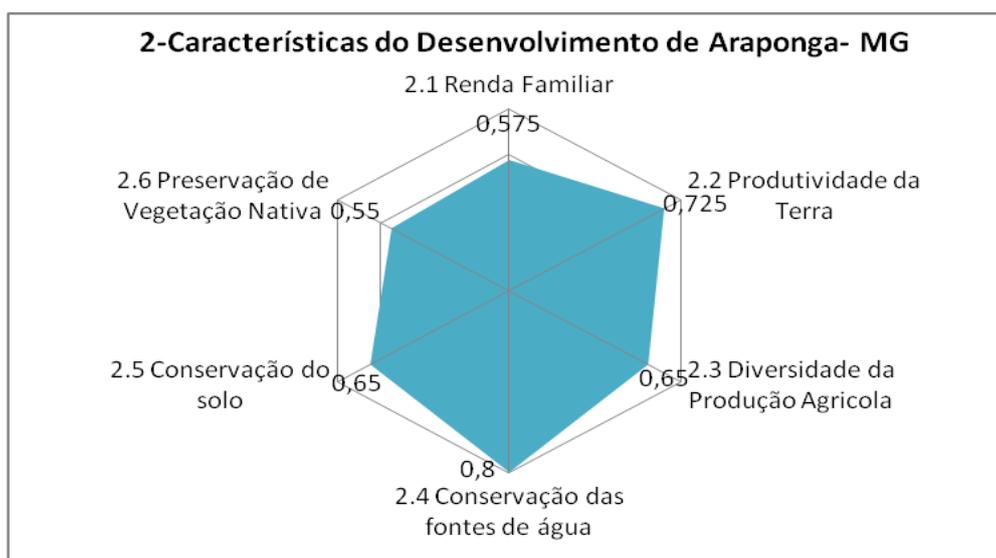


Figura 06. Características do Desenvolvimento – Araponga, MG
Fonte: Estimativa com dados primários.

O melhor resultado encontrado foi o da produtividade da terra, que alcançou 0,725 Médio Alto, em Tombos e Araponga. De acordo com os agricultores pesquisados, os trabalhos realizados nos municípios a

partir de 1993, pelo CTA e a UFV, em parceria com o STR, contribuíram para recuperar a produtividade da terra.

Em Araponga foram desenvolvidas as seguintes ações: ampliação das experiências agroecológicas como estratégia para aumentar a produção e a produtividade; ampliação da experiência da conquista da terra em conjunto, garantindo aos agricultores acesso e posse da terra; implementação de infraestrutura para trabalhos coletivos; e influenciar a comunidade a participar dos processos de construção de políticas públicas como fator para melhoria da qualidade de vida (CTA/ZM, 2009).

No município de Tombos, o CTA/ZM atuava desde 1987, implantando programas direcionados para o desenvolvimento e adaptação de tecnologias alternativas, dentre elas a utilização das práticas agroecológicas nos processos produtivos, e, em 1998, a entidade instaurou os primeiros trabalhos de intervenção. O Quadro 05 apresenta os indicadores da instância Características do Desenvolvimento, comprovando que agricultores familiares aprenderam a utilizar seus recursos naturais de forma sustentável.

INDICADORES	MUNICÍPIOS	
	TOMBOS	ARAPONGA
Renda familiar	0,575	0,575
Produtividade da terra	0,725	0,725
Diversificação da produção	0,625	0,65
Uso e preservação dos recursos naturais: água	0,725	0,8
Uso e preservação dos recursos naturais: solo	0,575	0,65

Uso e preservação dos recursos naturais: mata nativa	0,6	0,55
---	-----	------

Quadro 05. Índices das Características do Desenvolvimento
Fonte: Estimativa com dados primários.

Um dado interessante detectado nos dois municípios foi a preocupação com a redução do volume de água e os impactos negativos dos agrotóxicos sobre a saúde dos agricultores familiares. Uso e preservação da água foi o índice que obteve melhor resultado (0,725 e 0,8) em Tombos e Araponga, respectivamente. Os agricultores relataram que os trabalhos dos técnicos do CTA/ZM contribuíram para a conscientização acerca da preservação dos recursos naturais, principalmente a água.

O processo de desenvolvimento rural ocorre de forma heterogênea nos dois municípios. Enquanto os pequenos agricultores, em determinadas comunidades, se preocupam com a preservação dos recursos naturais, tais como conservação de nascentes e práticas agroecológicas de produção, em outras áreas observam-se muitas plantações de café, até nos topos dos morros, inclusive em áreas pertencentes ao Parque Nacional da Serra do Brigadeiro, no município de Araponga, e grandes áreas reflorestadas com a monocultura do eucalipto, no município de Tombos.

Da mesma forma que o melhor resultado foi igual nos dois municípios, o pior resultado também foi idêntico: renda familiar (0,575 – Médio Baixo). Em princípio, este resultado traduz baixo nível de profissionalização das atividades e indica falta de políticas públicas ou programas de capacitação, com vistas a desenvolver o empreendimento rural com base na maximização de seus potenciais.

10. Efeitos do Desenvolvimento

Os Efeitos do Desenvolvimento representam no ICV os resultados das combinações diversas dos fatores e das Características do Desenvolvimento, que também se pressupõem diferentes para cada local, região ou território (KAGEYAMA, 2008). Esta instância envolve: estar bem-alimentado e nutrido; ter boa saúde; permanência dos membros da família nas unidades de produção; acesso à informação, entretenimento e mobilidade; percepção da família sobre a situação ambiental da unidade produtiva; participação em organização comunitária (cooperativas, associações); participação política (eleições, conselhos, assembleias); e participação cultural (grupos de expressão cultural, religiosas e outras atividades). Os resultados podem ser conferidos na Figura 07.

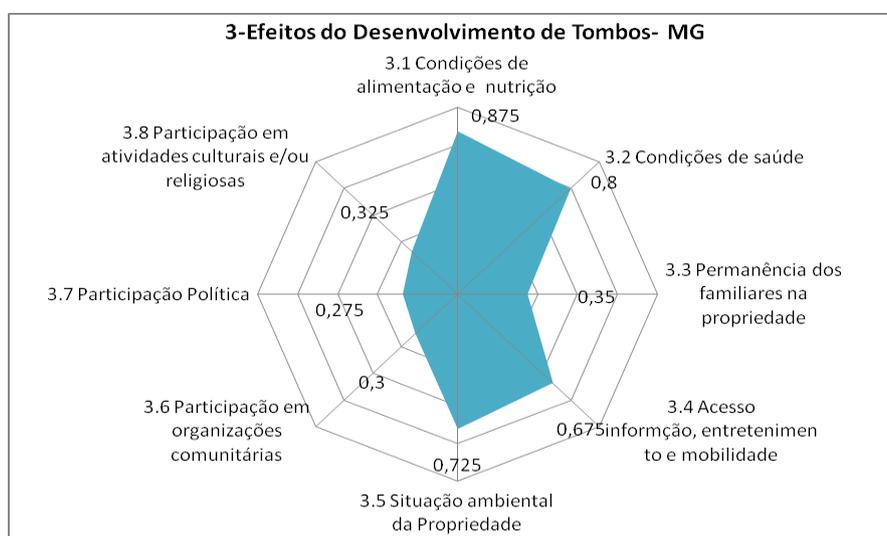


Figura 07. Efeitos do Desenvolvimento – Tombos, MG
Fonte: Estimativa com dados primários.

A média encontrada para os Efeitos do Desenvolvimento no município de Tombos foi de 0,642. Os indicadores alimentação e saúde alcançaram índice Alto, 0,875 e 0,8, respectivamente, a situação ambiental da propriedade, 0,725, e acesso à informação, entretenimento e mobilidade atingiram índice de 0,678.

As demais instâncias ou indicadores ficaram abaixo da média, demonstrando que os agricultores familiares não participam ativamente da política municipal nem de grupos sociais ou culturais. A permanência da família na unidade de produção também ficou com um índice Baixo, 0,35, confirmando que o processo de migração das pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas ainda é constante no município de Tombos.

Em Araponga, o índice de permanência nas unidades de produção foi melhor (0,55 – Médio). O acesso à terra, por meio da ampliação do processo de compra conjunta de terra no município, segundo os agricultores entrevistados, é a maior razão para explicar a retenção das famílias rurais em suas unidades produtivas (agricultora 1 – Araponga). A Figura 08 mostra os valores de cada indicador apurado para o município de Araponga.

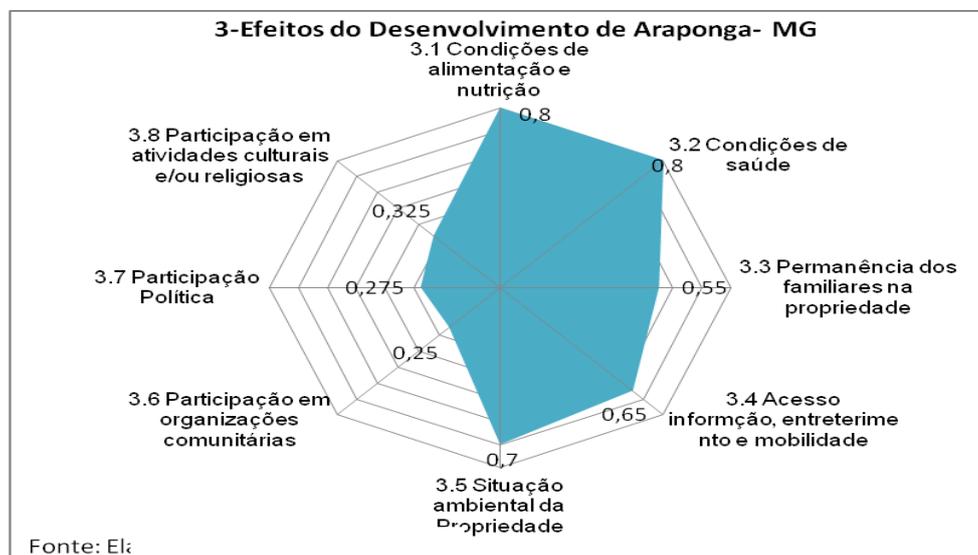


Figura 08. Efeitos do desenvolvimento – Araponga, MG
 Fonte: Estimativa com dados primários

Para os agricultores, “ficar na roça tá muito difícil, a gente trabalha muito e não tem valor” (agricultor 16 – Tombos). Os agricultores familiares nos dois municípios definem como suas reais necessidades elementos como maior capacitação, principalmente no que diz respeito à conscientização da importância da unidade produtiva; capacitação para participar dos programas e políticas públicas disponíveis; assistência técnica constante, abrangendo desde o planejamento do empreendimento até a venda efetiva dos produtos; melhoria na infraestrutura (estradas, lazer e escolas rurais); melhoria nos serviços sociais, principalmente saúde e educação; e acesso aos serviços de comunicação e entretenimento.

O Quadro 06 apresenta, detalhadamente, como os agricultores familiares percebem os Efeitos do Desenvolvimento em suas vidas, ou seja, as suas realizações (funcionamentos e capacitações), conforme denominação de Sen (2000).

INDICADORES	MUNICÍPIOS	
	TOMBOS	ARAPONGA
Estar bem-alimentado/nutrido	0,875	0,8
Ter boa saúde	0,8	0,8
Permanência dos membros da família na unidade de produção	0,35	0,55
Acesso a informação, entretenimento e mobilidade	0,675	0,65
Situação ambiental da unidade produtiva	0,725	0,7
Participação social (cooperativas, associações, entre outros)	0,375	0,25
Participação política	0,275	0,25
Participação social	0,275	0,275

Quadro 06. Índices dos Efeitos do Desenvolvimento
Fonte: Estimativa com dados primários.

Por este Quadro se observa um desequilíbrio entre os indicadores da instância Efeitos do Desenvolvimento nos dois municípios. Os dados levantados expressam a realidade local. Nos itens alimentação e saúde foram obtidos índices altos; em contrapartida, a participação social e política conquistaram os piores resultados, sinalizando falta de participação dos indivíduos nos eventos sociais, cooperação para o trabalho e baixa participação na vida política dos municípios. Este resultado indica baixa formação do capital social, dificultando ou inibindo o potencial de desenvolvimento rural sustentável.

11. Conclusões

Na percepção dos agricultores familiares de Tombos e Araponga, para que o Brasil possa alcançar um efetivo desenvolvimento rural, com sustentabilidade e justiça social, é extremamente importante reavaliar e, inclusive, refazer suas políticas públicas. Para eles (os agricultores), as políticas vigentes são, em sua maioria, assistencialistas, portanto, não resolvem os reais problemas estruturais e sociais do meio rural.

A maior parte dos agricultores pesquisados relatou não ter pretensões de abandonar suas terras e ir para o meio urbano, e reivindicam: mais apoio por parte do Poder Público, para que possam permanecer em suas terras com condições de trabalho e renda; qualidade de vida; e acesso a serviços essenciais, tais como saúde, educação e segurança.

A diversificação da produção para fins comerciais não atingiu ainda relevância na economia dos dois municípios, mas poucas famílias compram alimentos na sede urbana. Com exceção do arroz, o alimento que vai para mesa dessas famílias é produzido na própria unidade, dentre eles o milho, o feijão, os hortifrutigranjeiros e o leite. Este fato, apesar de não ser reconhecido por todos os agricultores, eleva a renda das famílias, pois estas não precisam gastar dinheiro na compra dos referidos produtos. Além de renda, a produção para subsistência promove segurança alimentar, tanto em termos de quantidade de alimento na mesa quanto pela sua qualidade.

As famílias de Tombos e Araponga apresentam, em geral, grau mediano de satisfação com suas condições de vida. O resultado do ICV geral foi de 0,550 em Tombos e 0,556 em Araponga, ambos classificados em Médio. Em âmbito geral poder-se-ia dizer que os municípios apresentam condições de vida iguais para sua população rural, mas ao detalhar cada instância e seus respectivos indicadores é possível perceber algumas variações, o que corrobora com muitos autores no sentido de se

atentar às especificidades de cada local ao construir e implementar programas e políticas públicas.

A primeira instância, Fatores de Desenvolvimento, identifica a visão dos agricultores familiares sobre os recursos disponíveis que possuem para se manter na atividade rural. Os indicadores de formação de capital social e de relações de rede em ambos os municípios obtiveram graus baixos.

As cooperativas, as associações, outras entidades e órgãos públicos, com suas políticas e programas, não são explorados pelos agricultores rurais. Em relação às condições de moradia e disponibilidade de terra para a produção, o grau encontrado nos dois municípios foi Médio Alto, apresentando uma satisfação dos agricultores com seus recursos materiais.

Na segunda instância, Características do Desenvolvimento, que representa os elementos de conversão dos meios (recursos) em fins (resultados ou efeitos) encontram-se resultados bem semelhantes, tanto na forma de utilização dos recursos naturais quanto na produtividade da terra.

Por fim, a instância Efeitos do Desenvolvimento foi a que apresentou, para os dois municípios, maior variação entre seus indicadores. Os piores indicadores foram encontrados na participação social, tanto em nível de participação política quanto em nível de cooperação para os trabalhos coletivos e para as relações sociais. Este resultado corrobora parcialmente a hipótese deste trabalho, considerando a presença das instituições e a formação do capital social como ferramenta para se promover desenvolvimento rural e melhoria nas condições de vida de sua população.

Conclui-se que o capital social construído a partir da organização e institucionalização das atividades coletivas foi importante no processo

de desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida população, porém, com o passar dos anos, este capital social perdeu força e foi se dissolvendo. As instituições passaram a ser vistas pelos agricultores familiares como ponto de estruturação e atos políticos, e suas ações não alcançam a demanda de todos. A presença do capital social e a formação de redes são percebidas pelos agricultores familiares como importantes instrumentos de apoio ao homem do campo, porém, a aplicação destes recursos tem frustrado as expectativas dessa população.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/IICA. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003 (Textos para Discussão, 4).

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Documento Final. Brasília, 2008.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica – SGE: Índice de Condições de Vida**. Brasília, 2010.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Documento de Referência para a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S.; WALQUIL, P.D. Desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v.12, n.2, p. 163-195, mai.-ago. 2007.

CTA/ZM – **CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA**. Revista CTA 15 anos. Documento interno, 2002. Disponível

em:<http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/RevistaCTA15anos.pdf>. Acesso em 18 mar. 2013.

_____. **Diagnóstico dos empreendimentos de economia solidária em Araponga, Divino e Espera Feliz.** Viçosa, abr. 2009. Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes>. Acesso em 22 nov. 2013.

EISENLOHR, Z.F. **Agricultura Familiar e Reprodução Social em Tombos – MG:** uma análise de um processo emancipatório (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2008. Defendida em 20 nov. 2008.

FAO/IN CRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996.

FAVARETO, A.S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – do agrário ao territorial** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2006.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural:** conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v.21, n.3, p. 379-408, set.-dez. 2004.

_____. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEITE, S.P. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil:** políticas públicas, atores e sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.congressorio20.org.br/sutui/images/stories/pdf/sergio-pereira.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2012.

MARTINS, M.E. **O Cooperativismo de Crédito Solidário e as Representações Sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos (MG).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil:** os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados 15 (43), 2001, p. 83-100.

RAMBO, A.G. et al. **Território e Desenvolvimento na Escala Humana:** condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul. 50º

Congresso da Sober, Vitória – ES, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/841.pdf>>. Acesso em 15 jun>. 2013.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan.-jun. 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, nº3 (119), p. 511-531, jul.-set, 2010.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, S. **Gestión Del Desarrollo Sostenible em Territorios Rurales**: métodos para La planificación. San José, IICA, 2008.

WAQUIL, P.D. et. al. **Proposição do Índice de Condições de Vida**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007a. (Relatório de Pesquisa).

VEIGA, J.E. et.al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: convênio Fipe – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.